



LUTA DIRETA PARA DERROTAR O CAPITALISMO



**REFORMA POLÍTICA:
ANTIDEMOCRÁTICA E A SERVIÇO
DA BURGUESIA**

LIBERDADE PARA RAFAEL BRAGA

**A CRISE ECONÔMICA CAPITALISTA
É PROFUNDA**

**REVOLUÇÃO RUSSA: A
INSURREIÇÃO DE OUTUBRO**

UM NOVO PROJETO DE COMUNICAÇÃO

O Espaço Socialista durante anos teve como principal órgão de imprensa um jornal impresso mensal, com 12 páginas, voltado principalmente para a propaganda entre a vanguarda e os ativistas. Apresentava determinada linguagem (termos, conceitos), diagramação, tamanho de textos, dentre outros aspectos. Agora, estamos deslocando esse conteúdo para o nosso site, procurando manter a mesma proposta com artigos de avaliação política e formação.

Os objetivos políticos ainda se mantêm. E com força. A necessidade de formação política e teórica da militância em geral ainda é uma tarefa importante. Acharmos que podemos modestamente dar nossa pequena contribuição. Temos a concepção de que a imprensa socialista deve procurar tratar das questões e processos políticos não apenas como “uma informação”, mas buscando compreender os seus significados nas lutas de classes. Um ataque aos direitos trabalhistas não pode ser visto somente como uma medida do governo, mas como parte do aumento da exploração da força de trabalho para os lucros dos capitalistas. Buscamos explicar isso aos trabalhadores para compreenderem as causas de suas condições de vida e sofrimento.

O órgão de imprensa mensal impresso passa a ter 4 páginas, pauta menor, com custo menor, mais voltado para a agitação nos locais de trabalho e estudo para contribuir com a formação e organização de trabalhadores e jovens.

Também continuaremos com a publicação da Revista Primavera Vermelha, periodicidade semestral, com debates teóricos e políticos do Espaço Socialista, do MOS (Movimento de Organização Socialista) e contribuições individuais.

Além disso, estamos reestruturando o site para facilitar a navegação e continuará aberto a contribuições políticas de ativistas e militantes de esquerda, assim como o jornal com textos assinados.

Esse é o primeiro jornal do “Espaço Socialista” nessa versão, uma experiência aberta a sugestões, críticas e divulgação de seu conteúdo.

REFORMA POLÍTICA: ANTIDEMOCRÁTICA E A SERVIÇO DA BURGUESIA

Não desejamos apresentar propostas para aperfeiçoar a democracia burguesa, mas expor algumas contradições e demonstrar o seu caráter de ditadura, ainda mais em um momento histórico em que se torna cada vez mais autocrática.

Para nós não há reforma possível do Estado burguês, sem que se apresente a necessidade de destruí-lo com todos os interesses capitalistas que representa.

No entanto, há uma dialética entre a luta contra a democracia burguesa e a luta por reivindicações democráticas sem transformá-las em um fim. E isso nos faz pensar sobre a atual proposta de Reforma Política em pauta no Congresso.

SISTEMA ELEITORAL: ANTIDEMOCRÁTICO E SOB O PODER ECONÔMICO

A discussão sobre Reforma Política mais esconde do que mostra o real significado do sistema eleitoral capitalista.

O custo de campanha (cabo eleitoral, material impresso, viagens, etc.) é inacessível aos candidatos trabalhadores. Os candidatos ricos começam na frente. Outra prática que faz prevalecer o poder econômico dos ricos é a doação de empresas e de empresários, interessados em leis para favorecê-los e em ter negócios com o Estado destinam milhões de reais para financiar seus partidos e suas candidaturas.

Isso demonstra que o sistema é tão antidemocrático que até o reacionário STF já deliberou por proibir financiamento privado

por desequilibrar a disputa. Essa decisão só produziu efeito para doações “legais” e os próprios dados do TSE indicam que das 700 mil doações de pessoas físicas, 300 mil não tinham renda compatível para realizar as doações.

Portanto, de forma legal ou ilegal as eleições são decididas a favor de quem tem maior poder econômico, demonstrando o quanto é antidemocrático o processo eleitoral.

DESGASTE DE PARTIDOS E DE POLÍTICOS

Não é segredo para ninguém o total descrédito dos atuais políticos e mesmo dos partidos. As pessoas logo relacionam os partidos e os políticos parlamentares aos esquemas de corrupção, aos ataques dos direitos sociais, à picaretagem, ou seja, tudo que prejudica a população, principalmente, a mais pobre.

Esse desgaste tem explicação. Em períodos históricos em que o capital fazia concessões aos trabalhadores, a luta limitada ao parlamento e os políticos apareciam aos olhos das pessoas possíveis de conquistas. Por isso tinham algum crédito.

Com a crise estrutural do capital as concessões rarearam. Atualmente não há mais leis a serem comemoradas, pelo contrário, as leis mais recentes são todas para piorar a vida da classe trabalhadora.



Soma-se ainda os casos de corrupção envolvendo políticos, partidos da ordem e presidência da República. E os números de pesquisa recente dão conta de que 65% das pessoas não confiam em Temer e é quase o mesmo índice do Congresso Nacional, 69% não confiam nos partidos. Outros confiam pouco (média de 27%) e 3% confiam muito. Isso é parte de um processo mundial de rejeição: nos Estados Unidos e França, por exemplo, as últimas eleições foram marcadas por recordes de abstenção.

No momento, como há risco real de vários deputados não serem eleitos, os capitalistas apressam a discussão da Reforma Política. A mudança é, na verdade, para não mudar nada e garantir que mesmo diante de tanta rejeição as velhas raposas se reelejam.

CONTRA OS PARTIDOS DE ESQUERDA E OS TRABALHADORES

Outro objetivo dessa reforma é criar limitações para os partidos de esquerda e para a participação política dos trabalhadores.

A cláusula de barreira, a forma de distribuição dos recursos para o financiamento de campanhas e a proibição de coligações são todas medidas para dificultarem, ainda mais, a participação de partidos de esquerda na vida política.

O que a burguesia diz em seus argumentos de que existem muitos partidos e que isso dificulta a governabilidade é diferente do que se pretende com essa reforma. Os muitos partidos existentes se dividem em dois blocos ideológicos no Congresso:

Um bloco: Esmagadora maioria a serviço da aplicação de medidas que favorecem empresas e capitalistas contra os direitos dos trabalhadores. Fazem parte deste bloco desde o PSDB até partidos menores como o PRB ou



PMN. O PT, apesar do discurso, colabora com esse grande bloco e aprova medidas de acordo com os interesses dos patrões como foi o caso de garantir quórum para a sessão que impediu Temer de ser denunciado junto ao STF. **Outro bloco:** Super minoritário, composto por partidos que são contra as medidas que atacam aos direitos dos trabalhadores.

Entendemos então que têm aqueles que estão ao lado da classe trabalhadora nas lutas e outros 99% de partidos burgueses que se organizam tanto em torno de questões políticas e ideológicas, mas, principalmente, em torno de interesses de empresários e empresas, de vantagens financeiras e verbas para suas lideranças, do fundo partidário, etc. Restringir o número de partidos não afeta os partidos burgueses em todos esses aspectos.

Para Bolsonaro, por exemplo, estar no PMDB ou no PTN não faz diferença devido ao caráter burgues desses partidos. Mas, um deputado do PSOL, do PSTU ou do PCB não estaria em partidos com esses interesses. Nesse caso, é importante que os partidos de esquerda tenham sua legalidade e o direito de coligação garantidos considerando a contribuição à luta extraparlamentar.

E embora um ou outro pequeno partido burguês seja afetado, o fundo partidário, todas as regalias retiradas do Estado (ou seja, da produção de riqueza realizada pela classe trabalhadora), o financiamento

de empresas (legal ou ilegal), os esquemas de corrupção, o papel da mídia, etc. continuarão favorecendo os capitalistas e os interesses individuais desses partidos/bancadas e desses deputados e senadores com um processo eleitoral que também os favoreça.

Já para deputados/as de esquerda chegarem ao parlamento contam apenas com o financiamento e contribuição da própria militância (exceto o MÊS, corrente do PSOL, que aceita contribuição de empresários), ou seja, de trabalhadores/as e devem, inclusive, negar o fundo partidário que submete o partido aos interesses do Estado burguês.

A própria distribuição do tempo na TV privilegia os grandes partidos, que já contam com o apoio grandes donos da mídia, e destina apenas alguns segundos aos partidos de esquerda.

Por tudo isso que a Reforma Política é um ataque direto à legalidade dos partidos de esquerda como PSTU, PCB e PSOL e às organizações de esquerda. É uma forma de atacar o direito democrático de participação desses partidos de esquerda e uma das formas de restringir a aparente “democracia”.

Portanto, não é à toa que no atual momento de crise e de cortes de direitos da classe trabalhadora o governo, o Congresso e a burguesia tenham pressa para aprovar essa reforma e para garantir a maior parte possível de seus representantes.

O FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHAS

No debate sobre a Reforma Política o financiamento público de campanhas se apresenta também como antidemocrático e segue a lógica de garantir a eleição dos atuais partidos e deputados/senadores.

A proposta feita pelo deputado Vicente Cândido (PT) gira em torno de 3,6 bilhões de reais

REFORMA POLÍTICA



distribuídos entre os partidos: PMDB (R\$ 488 milhões); PT (404 milhões), PSDB (326 milhões) e DEM (159 milhões).

De cara repudiamos o uso desse valor para esse fim e, ainda, em períodos de crise enquanto a saúde e Educação públicas padecem de verbas.

Esse valor também escancara o próprio critério de distribuição, que perpetua essa maioria de interesses dos capitalistas para retirar os direitos dos trabalhadores.

Do ponto de vista da luta da classe trabalhadora pelos direitos democráticos sobre o financiamento de campanhas: deve ser proibido a doação de empresas e empresários e a doação de pessoa física deve ter um teto e um controle público para impedir as fraudes. E em relação ao financiamento público de eleição (nos anos eleitorais) a distribuição dos recursos deve ser igual para todos os partidos. E o fundo partidário também deve ser extinto, pois o funcionamento dos partidos deve se dar pela sua militância.

Essa combinação de proibição de doação das empresas e empresários, teto para contribuições individuais e financiamento público sob controle pode favorecer os partidos de esquerda na disputa eleitoral.

FINANCIAMENTO PRIVADO DE CAMPANHAS: O PODER ECONÔMICO

Como dissemos, a maioria dos parlamentares no Brasil não representa seus eleitores, mas sim os interesses de empresas, grupos

empresariais, bancadas, etc. As leis e a política econômica são conduzidas pelo governo e parlamentares para atender esses capitalistas, por isso o interesse deles em financiar algumas candidaturas e partidos.

Poderíamos citar muitos exemplos. Ficamos em três: JBS, Odebrecht e banco Bradesco. Nas eleições de 2014 a JBS doou R\$ 366 milhões aos candidatos e partidos. A Odebrecht R\$ 111 milhões e o Bradesco R\$ 100 milhões. Isso foi o que apareceu declarado legalmente, mas como se admite a existência de “caixa 2” supõe-se que o valor seja bem maior.

E uma coisa que burgueses não faz é caridade. Essas doações evidentemente tiveram seu preço e os partidos, presidentes, vereadores, deputados, etc. retribuem com vantagens utilizando o dinheiro público, ou seja, o dinheiro extraído da riqueza produzida pela classe

trabalhadora. E isso a Reforma Política quer manter.

CLÁUSULA DE BARREIRA

Um dos pontos principais dessa Reforma é a cláusula de barreira (ou cláusula de desempenho) que exige uma porcentagem mínima de votos para os partidos terem acesso à propaganda eleitoral no rádio e na TV e aos recursos do fundo partidário. Também proíbe a coligação de partidos para as eleições de deputados e vereadores.

Essa cláusula ataca vários problemas aos olhos da burguesia: restringe a ação dos partidos de esquerda e diminui as contradições entre os diversos partidos burgueses, que muitas vezes dificultam a governabilidade por cada um defender individualmente seus interesses e o governo ter que atender um número maior de interesses.

Em uma das propostas, a mais próxima de acordo, a exigência é de que o partido tenha 1,5% de votos válidos para deputado federal em 9 estados. Em 2022 passaria a ser 2%

SISTEMA ELEITORAL ATUAL

Deputados federais, estaduais e vereadores: sistema proporcional, em que se elegem por combinação de votos obtidos pelos candidatos e pelos partidos ou coligações.

Chega-se no coeficiente eleitoral dividindo o número de eleitores do Estado ou do município pela quantidade de vagas. Exemplo: em uma cidade, o número de vagas de vereadores é 19. O número de votos válidos (excluídos os brancos e nulos) somam 212.919. Dividindo 212.919 por 19 temos 11.206 votos. Então, a cada 11.206 votos (juntando todos os candidatos) o partido ou coligação elege 1 vereador. Os mais votados do partido/coligação são os eleitos. Para os Estados aplica-se o mesmo critério.

Nessa metodologia produz-se o efeito do “puxador de votos” como foi o caso de Russomano, em 2014, que teve 1,5 milhão de votos em São Paulo. Como era necessário somente

300 mil votos (coeficiente eleitoral de São Paulo) para se eleger, o restante de votos garantiu a eleição de outros quatro de seu partido.

OUTRAS PROPOSTAS BURGUESAS EM DEBATE

Distritão: Vale para deputados e vereadores. Por esse sistema o estado ou o município se transforma em um “distritão”. Os mais votados são os eleitos independente do partido. Para deputado federal, por exemplo, no caso de São Paulo, os 70 com maior número de votos no estado são os eleitos.

Distrital misto: O eleitor vota duas vezes: em uma vota no partido ou coligação, já terá uma lista definida por partido ou coligação. Na outra vota diretamente nos candidatos. Então, metade seria eleito pelos votos conseguidos pelos partidos/coligações e a outra metade dos candidatos seriam os mais votados no distrito (deputado federal, pelos votos conseguidos em todo o estado).

e em 2026 seria 3% dos votos. Ou, eleger pelo menos um deputado 9 estados, número que subiria para 11 em 2022 e 15 deputados em 2026.

Portanto, uma das consequências dessa cláusula é o impedimento de os partidos de esquerda terem acesso à propaganda no rádio e TV, que dariam a possibilidade de dialogar com a milhões de pessoas para apresentarem propostas contra o capitalismo, denúncias, desmascarar os dados do desemprego e sobre a necessidade do socialismo.

A outra grave consequência dessa cláusula para os partidos de esquerda é o impedimento, por exemplo, de conformação de uma frente de

partidos de esquerda socialista.

OS PRIVILÉGIOS

Mesmo que o parlamentar não esteja vinculado aos negócios da corrupção ele já tem muitos privilégios. Ganha muito mais do que as pessoas que trabalham, tem verbas de gabinete, passagens aéreas, vários funcionários, enfim, a lista é grande. Já vimos muitas vezes lutadores serem eleitos e logo se distanciar das lutas e até criticar os que lutam por serem radicais. As pessoas se burocratizam ou se acomodam não por estar no seu DNA, mas por causas objetivas, ou seja, toda essa estrutura está na base da burocratização e da acomodação dos eleitos.

Para evitar que isso ocorra é preciso medidas concretas de controle material. Uma Reforma Política para mudar algo mesmo teria que impor limites aos parlamentares, como o salário. Nenhum parlamentar poderia ganhar mais do que o salário médio de um trabalhador. Também deveria ser proibido mais do que uma reeleição. E contra a corrupção além da prisão, deve-se confiscar os bens advindos da corrupção e proibir outros mandatos.

No entanto, sabemos que jamais adotarão essas medidas porque esses privilégios são da própria essência do parlamento burguês.

A REVOLUÇÃO E AS REIVINDICAÇÕES DEMOCRÁTICAS

Pode parecer contraditório defender uma certa democratização do sistema eleitoral burguês, principalmente quando dizemos que não se muda nada através das eleições e que a democracia burguesa é a ditadura de uma classe. Não é.

O que procuramos demonstrar é que o parlamento burguês nunca(!) vai adotar propostas democráticas que atendam reivindicações que favoreçam os partidos de esquerda e a classe trabalhadora sem que as lutas avancem. Depois, entendemos que as mobilizações da classe trabalhadora por reivindicações democráticas fortalecem a sua organização. Por fim, as lutas democráticas

representam o direito de a classe trabalhadora participar (não se trata de disputar) desses espaços que são ditos “democráticos”. Num possível regime ditatorial essa participação e até mesmo as lutas por reivindicações econômicas são impedidas como, por exemplo, a proibição de funcionamento de sindicatos, o que sinaliza a necessidade de a burguesia aprofundar a exploração do trabalho sem esse tipo de mediador.

O caráter transitório das lutas por reivindicações democráticas é muito importante também. Com o avanço das lutas pode-se dar o desenvolvimento da consciência de classe e de superação das ilusões

nas formas políticas burguesas possibilitando a organização da classe trabalhadora, a luta pelo poder revolucionário, pela derrubada da democracia dos ricos e pela revolução socialista.

Portanto, essa Reforma Política além de antidemocrática atende diretamente os interesses do governo e da burguesia. Isso demonstra o quanto necessitamos avançar nas lutas democráticas sem perdermos o caminho da luta direta nos locais de trabalho, de estudo, de moradia e nas ruas contra a retirada de nossos direitos, subordinando a luta parlamentar aos interesses da classe que produz toda a riqueza material.

A JUSTIÇA E A LEI SÃO PARA OS 6 “P”: PRETO, POBRE, PARAÍBA, PEÃO, PROSTITUTA E PERIFÉRICO

ALEX BRASIL (MOVIMENTO ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA)

Em meio às “Jornadas de Junho” de 2013, o morador em situação de rua Rafael Braga Vieira, negro, que só estudou até a 5ª série, foi detido no maior protesto. Condenado por supostamente produzir coquetel molotov com água sanitária e Pinho Sol, teve

material adulterado na Polícia Civil.

No entanto, o laudo técnico da Polícia Civil atestou que o desinfetante tinha “mínima aptidão para funcionar como ‘coquetel molotov’”. Mesmo assim, o juiz Guilherme Schilling Polo Duarte resolveu condenar Rafael Braga Vieira a cinco anos de

reclusão, cumpridos inicialmente em regime fechado. Acrescentou o magistrado que o condenado era um foragido da “Justiça”, quando a folha de antecedentes mostrava justamente o oposto.

O escritório de advocacia de João Tancredo (que tinha sido da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, até sofrer um atentado em 2007, após denunciar uma chacina no Complexo do Alemão, praticada pela Polícia Militar do então governador Sérgio Cabral)

se sensibilizou com sua situação e passou a defendê-lo. Contratou-o como auxiliar de serviços gerais, o que permitiu sua progressão para regime semiaberto.

Rafael trabalhou normalmente durante alguns meses até que resolveu tirar uma foto em frente a uma pichação no Instituto Penal com os dizeres “Você só olha da esquerda para a direita, o Estado te esmaga de cima para baixo”. Novamente, foi condenado a dez dias na solitária.

Um mês depois, mãe doente, Rafael se atrasou na apresentação no presídio. Outra solitária, que o fez fugir por meia hora. Em função disso, o Ministério Público pediu sua regressão para o regime fechado, o que foi acatado pela Justiça. Mais tarde, a decisão foi revertida e Rafael voltou a trabalhar.

Em 1º de dezembro de 2016, Rafael foi transferido para o regime aberto, saiu da prisão com tornozeleira eletrônica e foi morar na residência da sua mãe na Vila Cruzeiro. Quarenta dias depois, ao sair para comprar pão e com a tornozeleira à mostra, foi abordado por policiais que o detiveram e afirmaram ter encontrado com ele 0,6 gramas de maconha, 9 gramas de cocaína e um rojão utilizado por traficantes para alertar a presença de policiais. Entretanto, segundo Rafael, ele foi agredido pelos PMs e o flagrante foi forjado.

Os depoimentos dos dois policiais que prenderam Rafael mostraram bastante contradições. Contudo,

o juiz Ricardo Coronha Pinheiro negou a liberdade condicional para Rafael e no dia 20 de abril, ignorando o depoimento da única testemunha de defesa, sentenciou o preso a onze anos e três meses de prisão por tráfico e associação para o tráfico. Diga-se de passagem, o mesmo juiz, antes, absolvera o traficante Nem do crime de corrupção ativa quando seus advogados tentaram subornar policiais.

O pedido de Habeas Corpus de Rafael foi negado pela 1ª Câmara Criminal, no início de agosto. Curiosamente, o desembargador Luís Zveiter (que reprimiu com remoções e salários zerados, quando presidente do TJ-RJ, a greve dos servidores da Justiça de 2010) votou pela concessão da liberdade de Rafael. Talvez com o objetivo de acompanhar o movimento do irmão deputado federal e ex-presidente da OAB/RJ, Sérgio Zveiter, que, como relator, foi a favor da procedência das denúncias contra Michel Temer. Ou seja, com a queda e prisão de Sérgio Cabral e seus asseclas (de quem foram grandes aliados) fez um movimento independente para buscar futuras articulações com o intuito da sobrevivência política.

Agora, com 29 anos, Rafael Braga foi internado com tuberculose, doença bastante comum nos presos. A Defesa de Rafael Braga tentou, mais uma vez, a sua prisão domiciliar, o que mais uma vez foi negada. Em resumo: a vida de Rafael Braga Vieira corre risco.

Todo esse episódio só mostra

a seletividade penal e o racismo institucional do Poder Judiciário. O mesmo Poder Judiciário que através de um membro da sua mais alta Corte (STF), Gilmar Mendes, concedeu liberdade ao milionário empresário fluminense dos transportes, Jacob Barata, envolvido com propinas com o ex-governador Cabral. O mesmo Judiciário que soltou o filho de uma desembargadora do Mato Grosso do Sul, envolvido com o tráfico. Enfim, o mesmo Judiciário que fez vistas grossas no caso de helicóptero da família do senador tucano Zezé Perrela, apreendido com 450 kg de pasta de cocaína, que parou para abastecer na fazenda da família do também senador tucano Aécio Neves.

Em parceria com o Ministério Público (instituição que organizou um seminário com Kim Kataguirí, do Movimento Brasil Livre sobre segurança pública, tudo pago com dinheiro público), o Judiciário silenciou sobre as atrocidades e o fascismo do prefeito paulista João Dória, quando o mesmo acordou os moradores de rua paulistanos, nas noites frias do inverno bandeirante, com jatos d'água. Detalhe: os membros do Judiciário e do MP ganham Auxílio-Moradia mensal de quase R\$ 5 mil.

Talvez por tudo isso tem crescido nas manifestações de rua (inspirado em uma das palavras de ordem da Revolução Francesa, “enforcar o último padre com as tripas do último nobre”), a ideia de “enforcar o último juiz com as tripas do último promotor”.

A JUSTIÇA NÃO É CEGA
ELA É RACISTA E BURGUESA!



REVOLUÇÃO RUSSA: A INSURREIÇÃO DE OUTUBRO



SÉRGIO LESSA

No Jornal Espaço Socialista nº 102, vimos que quanto mais próximo de outubro, mais a revolução amadurecia. No seio das massas trabalhadoras e proletárias, bem como no interior do Partido Bolchevique e nos Sovietes, a tendência favorável à tomada do poder, quando do Congresso dos Sovietes, não deixava de crescer.

Veremos, nesta edição, como foi tomado o poder e também os primeiros passos do governo revolucionário sob a direção de Lênin.

O centro dos acontecimentos foi o Smolny. Um antigo prédio utilizado para a educação das filhas da nobreza, o palácio de Smolny, naquela época ainda mantinha em suas portas placas indicando “Sala dos Professores”, “1º ano” etc. Porém, ao longo destas placas, ou cobrindo-as, eram encontradas folhas de papel afixadas nas portas com pregos ou colas que assinalavam: S-D mencheviques, S-D bolcheviques, anarquistas-comunistas etc. Um cartaz do corredor observa: “camaradas, para o bem de sua própria saúde, mantenha a limpeza”. No entanto, limpeza era o que não se encontrava ali. O chão estava imundo pelas chuvas de outono e pela lama trazida de fora pelas botas dos soldados, marinheiros e trabalhadores que por lá circulavam às centenas. Delegados do interior que tinham viajado dias, ou mesmo semanas, para o Congresso, chegavam ao

Smolny e desmaiavam de cansaço, no primeiro local que encontravam: no canto de uma sala, encostados a uma coluna, no corredor, embaixo de uma mesa de escritório. Nas salas de reuniões, a fumaça dos cigarros cobria a todos com uma grossa névoa.

Era ali que o coração da revolução pulsava. A liderança central estava ali reunida, controlando as pontas de um processo que, na realidade, independia na maior parte das decisões que ali eram tomadas. Os operários estavam controlando cada vez mais fábricas, os soldados não obedeciam mais senão ao Comitê Revolucionário Militar, os camponeses não mais respeitavam as propriedades dos latifundiários, não porque Smolny os mandava agir assim, mas porque eles haviam decidido agir dessa forma. Aquele era o lugar onde eram tomadas decisões que, no fundo, somente incentivavam o avançar do próprio processo histórico: mais ainda, eram elas partes do mesmo processo histórico.

O que acontecia no Smolny naqueles dias, as horas que decorreram entre a decisão de se convocar o Congresso dos Sovietes e a segunda sessão do mesmo, em 26 de outubro, fornecem um belo exemplo de como, num determinado momento histórico, pode ocorrer a relação entre as massas revolucionárias e sua vanguarda. As iniciativas tomadas por ambos os lados se completam no nexo do processo histórico: todos agem com o mesmo objetivo. Esse é, sem dúvida, um dos sinais históricos de que

o momento para a tomada do poder pela classe dominada chegou. Momentaneamente, está livre da dominação das velhas classes dominantes. Isto não impede, é claro, que no momento seguinte, durante a reorganização do novo governo e do novo Estado, o fantasma das velhas classes dominantes se faça presente por meio das marcas deixadas por centenas de anos de existência de uma sociedade dividida em dominadores e dominados.

Na noite do dia 24 de outubro, o Governo Provisório decidiu agir. Em função de uma resolução adotada pelo Comitê Revolucionário Militar, de que nenhuma unidade militar deveria obedecer ao Quartel General, o Governo de Kerenski decreta a prisão de todo o comitê, bem como envia ordens para transferir tropas para Petrogrado com o objetivo de impedir um levante operário. Todos os comissários do soviete são declarados ilegais e deveriam ser removidos imediatamente de seus postos; as pontes sobre o rio Neva deveriam ser levantadas, tropas deveriam proteger o Palácio de Inverno, o telefone do Smolny deveria ser cortado. Maliantovich, Ministro da justiça, envia ordem de prisão contra Trotsky, acusado de exercer a presidência do soviete de Petrogrado. Por ironia da história, este mesmo Maliantovich havia sido advogado defensor de Trotsky quando este fora preso pela polícia czarista, com a mesma acusação: ser o presidente do soviete em 1905. Um único detalhe faltava nessas ordens: quem deveria cumpri-las?

As três e meia da manhã, um destacamento de junkers invadiu



a gráfica onde se imprimia o jornal bolchevique e, por ordem do quartel general, colocou todos os funcionários para fora e lacrou a porta. Um trabalhador e uma trabalhadora da gráfica imediatamente se dirigiram a Smolny: se o comitê lhes oferecesse proteção militar, eles se responsabilizariam por colocar o jornal pronto de manhã. Por pedido deles, é enviado um telegrama ao 6º batalhão próximo à gráfica e amigo dos operários que lá trabalhavam, bem como ao Regimento Litovsky, para que fornecessem reforços. Algumas horas mais tarde os jornais bolcheviques foram distribuídos nas cidades: era o dia da insurreição.

O Quartel General ordenou que o cruzador Aurora saísse da cidade e se dirigisse a alto mar. A contra ordem do Comitê vem pronta: para ficarem onde estão e enviarem por rádio uma mensagem a toda a Rússia afirmando que a contrarrevolução tinha tomado a ofensiva para impedir o início do II Congresso dos Sovietes, e que o Comitê Militar Revolucionário estava liderando a resistência à contrarrevolução.

“A principal operação (militar, da insurreição) começou às duas horas da madrugada. Pequenos grupos militares, usualmente com um grupo de operários armados ou marinheiros sob a liderança de um comissário, ocuparam simultaneamente, ou em ordem regular as estações de estradas de ferro, as estações de energia elétrica, os depósitos de munição e comida, os reservatórios de água, as pontes sobre o Neva, a Telefônica, o Banco do Estado, as grandes plantas impressoras.”

“O comandante do distrito de Petrogrado reportou aquela noite para o quartel general do Front Norte...: “A situação em Petrogrado é ameaçadora... Não existem

Lênin afirma que a tradição revolucionária marxista tirava a inspiração de como deveria se estruturar o Estado sob a ditadura do proletariado da Comuna de Paris - onde todos os funcionários públicos eram eleitos e removíveis a qualquer momento por seus eleitores - e que qualquer cozinheira ou operário, que soubesse as quatro operações aritméticas e ler e escrever, poderia participar diretamente da gestão do Estado operário

demonstrações ou desordens nas ruas, mas uma ocupação regular das instituições, estradas de ferro, e também prisões, está em progresso... As patrulhas de junkers estão se rendendo sem resistência... Nós não temos garantia de que não haverá tentativa de tomada do Governo Provisório.”⁽¹⁾

“As tropas da guarnição de Petrogrado... passaram-se para os bolcheviques. Os marinheiros e um cruzador leve vieram de Kronstadt. Eles abaixaram as pontes que foram levantadas. A cidade inteira está coberta de sentinelas da guarnição... A telefônica está nas mãos da guarnição. As tropas no Palácio do Inverno estão defendendo-se somente formalmente, já que decidiram não agir. A impressão geral é que o Governo Provisório se encontra na capital de um Estado hostil que terminou a mobilização, mas não começou ainda a operação ativa” (General Levitsky para o general Dukhonin, comandante do Front Norte, sobre o que se passava em Petrogrado).

As dez horas da manhã do dia 25 de outubro, o Comitê Militar Revolucionário envia uma mensagem a todo o país: o Governo Provisório foi derrubado. O poder passa às mãos do Comitê Militar

Revolucionário do Soviete de Petrogrado, até o início do II Congresso dos Sovietes.

As 22h40 tem início o Congresso. Os uniformes brilhantes e cheirosos, barulhentos de medalhas, as roupas finas e as faces bem cuidadas dos líderes da burguesia e da pequena burguesia não se encontravam ali presentes. Eles haviam dominado o I Congresso dos Sovietes, em junho. Havia conseguido inclusive que o congresso aprovasse a ofensiva que Kerenski e os aliados desejavam, mas alguns meses haviam passado. O

cincento dos casacos dos soldados e das roupas dos operários davam a coloração dominante. As faces judiadas pela vida se faziam presentes. E esse Congresso não aprovaria uma ofensiva sobre os alemães. Mas sim uma declaração ao mundo todo, pedindo que fosse restabelecida a paz, com justiça.

São apresentados os candidatos bolcheviques ao presidium do Congresso: Lênin, Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Rykov, Nogin (naquela época era comum no partido bolchevique esse tipo de tratamento: os quatro últimos foram contra a insurreição, dias antes Zinoviev e Kamenev haviam denunciado em público a decisão bolchevique de tomar o poder. Ainda assim, foram nomeados pelo partido a se colocarem no presidium do soviete que decidiria o futuro da insurreição), Krylenko, Antonov-Ovseenko, Rizanov, Muralov, Lunacharsky, Kollontai, Stuchka. Além destes, outros 7 sociais-revolucionários de esquerda (que aderiram à insurreição).

À direita do Congresso, formada por mencheviques, sociais-revolucionários de direita e outros grupos menores, fizeram a máxima pressão possível tentando reverter a insurreição. Afirmavam eles que tomar o poder naquele

momento significaria ficar no mais completo isolamento político, pois nem a pequena burguesia urbana nem os camponeses aprovariam-na, e que portanto, a contrarrevolução conseguiria pontos de apoio importantes para derrotar as massas e as organizações revolucionárias.

A isso, os bolcheviques respondiam que não fazer a insurreição significava continuar a política de Kerenski: apoiar a burguesia e deixar o povo morrer de fome. As ameaças da direita de que tropas se aproximavam de Petrogrado para dissolver o Congresso eram respondidas pelas delegações dos regimentos, que alegadamente estariam vindo para Petrogrado, que afirmavam que seus regimentos eram leais à revolução. De madrugada chegou a notícia mais esperada: o último batalhão leal ao Governo Provisório em toda a Rússia, o 3º. Batalhão dos Bicicleiros havia aderido à insurreição. Vivas e lágrimas por todo o Congresso. A batalha estava decidida. Agora era só uma questão de tempo para que se tomasse o Palácio do Inverno, sede do Governo Provisório.

A segunda sessão do II Congresso ocorreu no dia 26 à noite. Nela Lênin fez sua primeira aparição às massas de Petrogrado desde julho. Foi saudado com vivas, hurras, bonés ao ar, abraços e se cantou a Internacional. Todos acreditavam que ali, naqueles momentos um novo mundo estava nascendo, um mundo no qual não haveria lugar para a fome, o frio, a exploração e a submissão. Um mundo onde os homens e as mulheres se transformariam, pela primeira vez na história, num gênero humano. Terminada a ovação, Lênin começa: “Passemos agora à construção da ordem socialista...” Nova ovação, lágrimas e abraços, “um pandemônio”, escreveria John Reed mais tarde, nos

“Dez dias que abalaram o mundo”.

A proposta de Lênin de que um apelo para a Paz seja enviado imediatamente para os governos e os povos envolvidos na guerra, após a sua leitura, é saudada com a Internacional. “A Guarda Vermelha, do distrito de Vyborg, o soldado imundo com sua cicatriz, o velho revolucionário que havia servido longos anos nos trabalhos forçados, o jovem soldado barbado do Aurora – todos juravam levar até o fim esta “última e definitiva batalha”. “Nós construiremos nosso próprio mundo novo. Com nossas próprias mãos...”

Com oito abstenções e um voto contra, o Congresso apoiou o Decreto sobre a Terra, acabando com a propriedade dos latifundiários, bem como todos os resquícios da servidão que ainda existiam.

Por fim, o Congresso aprova a formação de um novo governo, o Comissariado do Povo, composto por membros do Partido Bolchevique: Lênin, Trotsky, Rykov, Lunacharsky, Miliutin, Nogun, Lomov, Stalin, Antonov-Ovsenko, Krylenko e Dubkenko, Glebov, Theodorovitch, Shialipnikov.

Às 5h15, o II Congresso foi encerrado por Kamenev. Todos às vilas, aos comitês de fábrica, aos destacamentos militares e aos sovietes locais. O novo governo soviético está criado.

A CONSOLIDAÇÃO DO PODER BOLCHEVIQUE

A evolução concreta da luta de classes e da luta da classe

operária pelo poder em 1917 na Rússia, colocou em evidência não as organizações sindicais, mas os comitês de fábrica e os sovietes locais. Foram eles que serviram de canais de organização e participação política das massas operárias e camponesas, e não os sindicatos. Nesse sentido, foram os comitês de fábrica e os sovietes locais que fizeram a revolução russa.

Isaac Deutscher explica esse fato pela situação peculiar em que se desenvolveu a luta operária sob o czarismo, onde a repressão era tão violenta que o operário para participar de sindicatos tinha que possuir tanta resolução e consciência de classe como para participar de uma organização revolucionária clandestina. Ou ao menos, a diferença entre um militante clandestino e um sindicalista russo era bem menor que nos países da Europa Ocidental. De uma forma ou de outra, a classe operária russa não se organizará principalmente nos sindicatos, e sim nos comitês de fábrica e nos sovietes locais, durante o ano de 1917.

O problema número um enfrentado pelos bolcheviques em outubro de 1917 era como realizar a rápida organização e estruturação de um Estado capaz de tirar a república soviética da crise em que se encontrava, e ao mesmo tempo executar o que tinha pregado em algumas ocasiões em 1917: “O partido luta por uma república operária e camponesa mais democrática, em que a polícia e o exército permanentes serão completamente abolidos e substituídos pelo armamento geral do povo, por uma milícia. Não só os funcionários serão eleitos, senão que poderão ser removidos a qualquer momento se assim o exige a maioria dos seus eleitores. O soldo dos funcionários,



sem exceção, não excederá o salário médio de um operário qualificado”. Nesta mesma época, Lênin afirmava que a participação incondicional dos operários no controle dos negócios dos trustes “poderia ser obtido por um decreto cuja preparação a redação se efetuará num só dia”.

No livro escrito no calor da Revolução Russa, “O Estado e a Revolução”, Lênin afirma que a tradição revolucionária marxista tirava a inspiração de como deveria se estruturar o Estado sob a ditadura do proletariado da Comuna de Paris – onde todos os funcionários públicos eram eleitos e removíveis a qualquer momento por seus eleitores – e que qualquer cozinheira ou operário, que soubesse as quatro operações aritméticas e ler e escrever, poderia participar diretamente da gestão do Estado operário.

Nesta linha de raciocínio, os soviets e os comitês de fábrica deveriam ser os depositários do novo poder, neles residiria os germes do novo Estado socialista – que poderia ir definindo até o seu mais completo desaparecimento desde os primeiros dias de sua existência.

Da mesma forma, seguindo o raciocínio, o poder nas fábricas deveria ser entregue aos comitês de fábricas, a organização por excelência dos operários em seus locais de trabalho. Os operários – como sabemos – são os únicos interessados em modificar radicalmente as relações de produção e as relações de propriedade capitalistas; e os comitês de fábrica têm sido a forma de organização criada pela massa operária para combater os patrões no interior da própria fábrica, nos momentos de crise revolucionária.

No entanto, já a partir de novembro de 1917, a organização do Estado soviético toma um rumo bem diferente.

Neste mês têm início uma viva polêmica envolvendo a estrutura

sindical que herdara a revolução, os comitês de fábrica e o partido bolchevique. Para os novos dirigentes a desorganização da economia e a crise econômica – somados ao despreparo da classe operária russa para assumir a gestão do poder de Estado – forçava o Estado soviético a buscar uma aliança “temporária” com os técnicos burgueses nos ramos da economia e da administração. O objetivo era melhorar a eficiência do novo aparelho estatal e da administração das indústrias que, no correr de 1918, iam sendo desapropriadas pelo estado soviético. Isto implicava não só em dar privilégios materiais em termos de salários, alimentação e moradia a esses técnicos, como também implicava na subordinação das organizações locais e dos órgãos de fábrica a uma organização rigorosamente centralizada cujas decisões administrativas – em última instância – ficariam fora das organizações operárias.

Para os bolcheviques conseguirem essa centralização, eles lutavam para que os comitês de fábrica se subordinassem aos sindicatos (agora em suas mãos) e se convertessem em órgãos que representassem os sindicatos no interior das fábricas (e não os operários no interior dos sindicatos), que se transformassem em órgãos de educação dos operários, em promotores da disciplina do trabalho na produção, que levassem para o interior da fábrica as decisões tomadas pelas instâncias superiores da economia nacional. (2)

No início de dezembro de 1917, o Conselho dos Comitês de Fábricas de Petrogrado publica um “Manual Prático para a Realização

O poder nas fábricas deveria ser entregue aos comitês de fábricas, a organização por excelência dos operários em seus locais de trabalho. Os operários – como sabemos – são os únicos interessados em modificar radicalmente as relações de produção e as relações de propriedade capitalistas; e os comitês de fábrica têm sido a forma de organização criada pela massa operária para combater os patrões no interior da própria fábrica, nos momentos de crise revolucionária

do controle Operário”. Nele o Conselho propunha que “cada comitê deveria formar quatro comissões” autorizadas a convidar técnicos escolhidos entre o pessoal com voz consultiva. As comissões deveriam ser as seguintes:

“a) organização da produção, b) desmobilização (reconversão da produção de guerra), c) provisionamento de matérias-primas e d) provisionamento de combustíveis”.

O Manual dava instruções detalhadas sobre o funcionamento de cada comissão e insistia que o “controle operário não é somente um assunto de contabilidade das existências em matérias-primas e combustíveis(...) senão que está intimamente ligado à transformação dessas matérias primas nas fábricas – ou seja, à totalidade dos processos de trabalho que culminam em um produto acabado”.

Este Manual é respondido pelo Isveztia de 13 do mesmo mês: “As instruções gerais sobre o controle operário”... publicadas naquele dia afirmam no ponto 7 que “o direito de dar ordens relacionadas à gestão

das empresas e seu funcionamento pertence exclusivamente ao proprietário...”. O ponto 8 estabelece que “as comissões não deveriam ocupar-se dos assuntos financeiros das empresas, já que tais assuntos devem ser resolvidos pelas instituições governamentais centrais”. “O ponto 9 condena expressamente os comitês que se apoderaram das empresas e das suas direções”. O ponto 14: “A comissão de controle de cada empresa... tem o dever de fazer com que sua atividade concorde com as decisões da união sindical.”

O PODER OPERÁRIO E O NOVO ESTADO

Ainda em novembro de 1917, são publicados os decretos que dão origem à estrutura do novo Estado. Neles, as decisões máximas cabiam ao Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia que deveriam se reunir de três em três meses. No entanto, já em 1918 esse congresso vai perdendo poder e passa a se reunir anualmente. Entre os Congressos, o país deveria ser governado pelo Comitê Executivo Central dos Sovietes de Toda a Rússia (VTIsK) e pelo Conselho dos Comissários do Povo (Sovnarkon) que seria composto somente por bolcheviques, indicados pelo partido, salvo um breve período em 1918.

No dia 5 de dezembro de 1917 é criado o Conselho Supremo da Economia (Vesenka ou VSNKh) que deveria organizar não só todas as atividades e medidas econômicas, como ficaria encarregado de administrar o controle operário. Para isso foi criado o Conselho de Toda a Rússia de Controle Operário, subordinado ao Vesenka e com a seguinte composição: 5 representantes do Comitê Executivo Central Panrusso dos Sovietes, 5 representantes do Executivo do Conselho Panrusso dos Sindicatos, 5 da Associação dos Engenheiros e Técnicos, 2 da Associação dos

Agrônomos, 2 do Conselho Sindical de Petrogrado, 1 representante de cada federação sindical Panrusa com menos de 100 mil membros, 2 representantes de cada federação com um número superior a 100 mil membros, 5 do Conselho Panrusso dos comitês de fábrica.

A esse Conselho estavam subordinados os Conselhos Regionais de controle operário aos quais se subordinavam os comitês de fábrica. As empresas estatais seriam dirigidas por um colegiado de três membros, um representante do governo e dois diretores, um técnico e outro administrativo. “(...) Via de regra, os diretores nomeados (pelo VSNKh) são engenheiros e antigos diretores de fábrica, inclusive antigos capitalistas”. O decreto criando o Vesenka “Coloca em importantes posições de decisão e comando a camada dos engenheiros, técnicos e especialistas” – na sua grande maioria burgueses originados sob, e vinculados, ao antigo regime. O decreto estabelecia ainda que somente o diretor administrativo poderia ter suas decisões questionadas pelo Conselho Administrativo de cada fábrica – no qual “os operários e empregados não deveriam constituir mais da metade dos membros (...)”.

Ou seja, as altas esferas administrativas ficaram reservadas à especialistas burgueses, enquanto que na fábrica os trabalhadores não poderiam compor “mais da metade” dos Conselhos Administrativos. Aos comitês de fábrica restava agora pouca possibilidade de influência concreta na direção das fábricas e na direção da economia nacional. Os órgãos de decisão estavam afastados da influência direta dos operários organizados nos comitês de fábrica e nos soviets locais. A partir de

1918, os comitês de fábrica começam a desaparecer e o controle operário se extingue. Mais tarde, o IX Congresso do Pc(b)R determina “que, daí por diante, os comitês de fábrica devem se consagrar, essencialmente, às questões da disciplina do trabalho, de propaganda e educação dos trabalhadores”.

Em abril de 1918 os salários dos Comissários do Povo, dos membros do Comitê Executivo Central dos Sovietes e de alguns altos funcionários são elevados a dois mil rubros por mês, rompendo com as promessas feitas pelos bolcheviques de que um funcionário público não receberia mais que um operário médio.

A partir de meados de 1918, a invasão dos exércitos brancos apoiados pelas grandes potências imperialistas dá início à Guerra Civil. O nascente poder soviético, desorganizado e sendo atingido por uma violenta crise econômica, só não é derrubado devido, por um lado, à participação das massas operárias e, de forma parcial e diferenciada conforme a região, dos camponeses, na luta contra os exércitos brancos que as massas

Os órgãos de decisão estavam afastados da influência direta dos operários organizados nos comitês de fábrica e nos soviets locais. A partir de 1918, os comitês de fábrica começam a desaparecer e o controle operário se extingue. Mais tarde, o IX Congresso do Pc(b)R determina “que, daí por diante, os comitês de fábrica devem se consagrar, essencialmente, às questões da disciplina do trabalho, de propaganda e educação dos trabalhadores”.

identificavam (com toda razão) com o velho regime czarista; e por outro lado, devido à falta de coordenação das operações militares entre os exércitos contrarrevolucionários, divididos que estavam por profundas rivalidades.

A guerra civil se estenderá até novembro de 1920, quando o exército de Wrangel é derrotado na Criméia. No período da guerra civil, as necessidades militares e o perigo da derrota do poder soviético levam à centralização ainda mais acentuada do poder econômico; político e militar.

O EXÉRCITO VERMELHO

Em março/abril de 1918 é criado o Exército Vermelho, por meio da transformação do antigo ministério da Guerra czarista em Comissariado do Povo para a Guerra: “O novo aparelho militar é fortemente marcado pelo lugar destinado aos antigos oficiais oriundos do exército czarista, pelo papel reservado às velhas escolas militares na formação de novos quadros e pela preservação, em seu seio, de numerosos princípios vigentes no exército recém-dissolvido.”

A influência do antigo aparelho militar czarista sobre o novo Exército Vermelho encontra uma firme base social de apoio na enorme massa camponesa que é convocada para o serviço militar. A concepção de mundo dos camponeses e, mais particularmente, a concepção de exército e de disciplina militar que os camponeses trazem ao seio do novo exército favorecem em muito a manutenção de relações de poder muito mais próprias a um exército burguês que a um exército operário revolucionário.

As velhas relações de autoridade do exército czarista vão aos poucos

sendo reintroduzidas na rotina do Exército Vermelho, e a única saída que possui o governo soviético é a nomeação de comissários políticos que deveriam impedir os oficiais czaristas de as utilizarem de forma a prejudicar a revolução. O comandante do Exército Vermelho, Trotsky, afirmaria em 22 de abril de 1918 (portanto antes de ter início a guerra civil): “Nas questões puramente militares, operacionais e, mais ainda, as questões ligadas ao próprio combate, os especialistas militares de todas as administrações têm a última palavra...”

O poder que resta aos comitês de soldados em suas unidades militares, que garantiram a democratização máxima do exército czarista – e portanto seu desaparecimento – não mais existia. Já em março de 1918 (dia 30) Trotsky escreveu: “A eleição (dos oficiais) não tem nenhum interesse político e é tecnicamente pouco oportuna e, ademais, foi condenada por decreto.”

Novamente os soldados russos tinham de obedecer incondicionalmente nas questões militares, prestar continência e outros sinais exteriores de hierarquia e assistir aos oficiais receberem melhor soldo e alojamento, e alimentação, “reproduzindo as relações hierárquicas e burguesas próprias das forças armadas burguesas”. Muitas vezes esses oficiais eram os mesmos do exército czarista que os soldados tanto odiavam e contra os quais eles fizeram a revolução. Tal evolução da revolução russa não deveria parecer das mais promissoras para o soldado



raso que arriscara seu pescoço apoiando os bolcheviques em 1917.

Durante a guerra civil, o Exército Vermelho recorreu pouco à formação de milícias locais e à guerra de guerrilhas, militarmente adequadas ao combate aos exércitos brancos, melhor armados, mas com uma moral muito baixa, mas quando fizeram, obtiveram pleno sucesso. Segundo Charles Bettelheim, esse abandono dos bolcheviques da formação das milícias locais e da aplicação da guerra de guerrilhas se explicaria pelo receio de dar meios militares aos sociais-revolucionários e mencheviques, que possuíam penetração entres os camponeses; bem como as concepções que presidiram a formação do Exército Vermelho, que tendiam a menosprezar a iniciativa das massas e a democracia no interior do exército. Por isso, diz ele, “... em vez de tornar-se um aparelho proletário, o Exército Vermelho transforma-se numa instituição em que seus caracteres burgueses, envolvidos num processo global, são progressivamente reforçados”.

A polícia Secreta (Checa), criada em 1917 e mantida após a formação do governo soviético, tem seu aparelho progressivamente reforçado, na mesma proporção em que aumenta a centralização político-administrativa. No outono de 1918, a atuação da Checa é despida dos últimos controles políticos que até então, muito mais formalmente que de fato, restringiam suas atividades. No 2º semestre de 1918 ela recebe autorização para efetuar prisões e execuções sem recorrer aos tribunais revolucionários. No ano seguinte, a Checa combate “...não apenas os atos contrarrevolucionários.

Mas também as manifestações de simples descontentamento...” Alguns atos da Checa – cujos meios de intervenção aumentam com o passar do tempo, particularmente porque passou

a dispor de suas próprias forças armadas – entram em contradições com a linha política adotada pelas instâncias supremas do poder bolchevique”. O fato é que entre as massas e as instâncias supremas do poder bolchevique se antepunham não só um aparelho administrativo cada vez mais impermeável às influências dos trabalhadores, mas também um aparelho repressivo, de caráter policial-militar, com enorme poder sobre a sociedade russa.

No ano de 1919, a intervenção da Checa na vida interna do partido bolchevique vai se intensificando até que, no início da década de 1920, essa intervenção será oficializada por meio da participação da polícia secreta na Comissão de Controle, agregada ao CC.

Essa centralização crescente das instâncias de decisão do poder soviético trará como consequência a hipertrofia do aparelho burocrático. Dadas as características da situação em que ocorreu esse processo de burocratização da revolução russa (de um lado a centralização efetuada pelo partido, afastando os órgãos de decisão da influência e controle direto das massas; e de outro lado, o refluxo do movimento de massas que se acentua conforme entramos na década de 1920, agravado pelo despreparo da classe operária russa em assumir imediatamente a gestão do Estado). Essa burocratização implicará em assimilar ao novo Estado muitos integrantes do antigo aparelho Estatal czarista em postos de direção e responsabilidade. “Os diferentes comissariados dos povos são praticamente levados a colocar sob seu controle (ou a procurar fazê-lo) grande parte do antigo aparelho administrativo, que sofre apenas transformações internas secundárias.”

“(…)Por isso manifesta-se um divórcio mais ou menos profundo entre a

política formalmente adotada pelo CC, a política que o Soynarkon procura adotar e os atos efetivos do aparelho administrativo do Estado. Ademais, estes aparelhos tendem a isolar o poder soviético das massas populares. Por isso, uma vez que a base do partido não tenha acesso direto aos dirigentes bolcheviques, estes são mal informados sobre o que se passa no país, sobretudo no campo e no próprio aparelho de Estado”⁽³⁾.

Em dezembro de 1919, Molotov analisou a composição de 20 dos centros econômicos mais importantes do Vesenka e obteve os seguintes números: de 400 pessoas, 10% eram antigos patrões, 9% eram técnicos burgueses, 38% funcionários públicos e somente 43% de operários ou representantes de organizações operárias, inclusive sindicatos. Ou seja, 57% dos postos de decisão econômica mais importantes estavam em mãos de burgueses ou afins – e somente 43% nas mãos da classe operária (isto na hipótese ultraotimista de que estes 43% continuassem ligados aos operários).

“Um professor branco que chegou a Omsk vindo de Moscou no outono de 1919 contava que a cabeça de muitos dos centros e dos glavki (órgãos de direção econômica regional) se encontram muitos antigos patrões, funcionários e diretores. Visitando os centros (de direção econômica – NA), quem conhecesse pessoalmente o velho mundo dos negócios, comercial e industrial, se surpreenderia ao ver antigos proprietários de grandes

indústrias de papel no Glavkozkh (centro dirigente das indústrias de papel), e grandes fabricantes na Organização centrais do têxtil etc.”

Esse aparelho burocrático, cada vez mais caro e que absorverá uma parte cada vez maior da riqueza produzida pelos trabalhadores, vai se transformando num monstro partidário tal qual o Estado burguês. Ele vai contaminando o regime soviético com as antigas relações burguesas que haviam sido momentaneamente afastadas da vida cotidiana do povo russo nos últimos meses de 1917. Voltam a existir as propinas, a corrupção estatal, os privilégios dos funcionários públicos. Cada vez menor vai sendo a influência das massas sobre o aparelho estatal, e cada vez mais distante vai ficando o Estado soviético do ideal proposto por Lênin em 1917: um estado comuna, num processo de desaparecimento graças à crescente intervenção das massas na sua gestão, substituindo a “administração das pessoas” pela “administração das coisas”.

Estavam, assim, dados os primeiros passos para a constituição do Estado Soviético. Com os desdobramentos da Guerra Civil e, mais à frente um pouco, com a derrota da revolução na Alemanha, essas tendências centralizadoras se intensificarão. As consequências e os desdobramentos mais importantes desse processo veremos nos próximos meses.

Até lá, viva a Revolução Russa! Abaixo o stalinismo!

NOTAS:

(1) Como sempre, as citações vêm da História da Revolução Russa, de Leon Trotsky.

(2) As informações a seguir e citações vêm de M. Brinton, Os bolcheviques e o controle operário.

(3) Charles Bettelheim, As lutas de classe na União Soviética, vol I.



A CRISE ECONÔMICA CAPITALISTA É PROFUNDA

Muitos dizem que a crise vai passar e tudo vai voltar a ficar bem, mas a cada dia percebemos isso ficar mais distante. A crise que é estrutural tem seus picos e cada um é ainda mais grave e mais longo que o outro. É isso que estamos vivendo desde 2008, que alguns já diziam ser o mais grave desde o crash de 1929 e também já está sendo o mais longo.

Entender isso é importante porque os capitalistas buscam, no mundo todo, retomar suas taxas de lucro retirando da classe trabalhadora e também utilizam cada vez mais formas e métodos ainda mais agressivos. A onda mundial de ataques aos direitos trabalhistas e sociais é a mais evidente demonstração de que a exploração está ficando maior.

Diferente das crises anteriores, quando as medidas adotadas pelos capitalistas permitiam retomar crescimento anterior, ou seja, retomar os lucros, as principais economias do mundo não conseguem alcançar os níveis de crescimento que tinham antes de 2007. Até crescem, mas não crescem o esperado pelos capitalistas.

Nesse período longo de pico de crise, que chamaremos aqui de longa depressão, tem-se um crescimento tão baixo e lento que as economias não retornam a níveis anteriores. E como parte da crise estrutural – que atinge a totalidade do sistema e não se limita apenas a um país, com duração permanente – não nos deixa ver sinais de recuperação. Isso significa que necessitamos também, como classe trabalhadora, de formas e métodos agressivos na organização e na luta para não continuarmos arcando com as consequências da crise.

Há vários elementos que

dificultam resolver a crise econômica e reverter de maneira consistente a queda da taxa de lucro. Em alguns momentos o capital pode aumentar investimentos e a produtividade, aumentar a exploração sobre a classe trabalhadora, expandir o consumo e na mais grave crise até então, a de 1929, quando se esgotaram as medidas “normais”, pode realizar uma guerra com proporções nunca antes vistas e que abriu longos anos de acumulação de capitais.

Hoje, os capitalistas não podem lançar mão de um confronto militar nas proporções da II Grande Guerra, pois, nesse momento, significaria a aniquilação da humanidade e, por consequência, do próprio capital. Somente com uma queima de capital nessa proporção se poderia entrar em um período longo de estabilidade e hoje pode-se mover a indústria da guerra somente em guerras locais ou regionais.

E outro elemento importante é o peso do capital especulativo e fictício sobre as demais frações do capital que atuam sem controle e colocam contradições. O deslocamento de imensas somas de capitais para remunerar o capital especulativo tem como efeito reduzir as possibilidades de investimentos, que seria fundamental para retomada de um crescimento consistente.

Esses problemas conjuntamente indicam que em um curto espaço



de tempo não haverá a retomada do crescimento nos mesmos patamares do período pré-crise. Os próprios organismos internacionais da burguesia (FMI, BM, etc.) não estão ousando apostar em uma rápida recuperação. E para não assustar fazem o discurso de que a recuperação vai ser longa e lenta.

RIQUEZA CADA VEZ MAIS CONCENTRADA, POBREZA CADA VEZ MAIS AMPLA

Dados de 2015, nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, que reúne 34 países), os 10% mais ricos concentravam 50% da riqueza, enquanto os 40% mais pobres tinham acesso apenas a 3% dela. Nesse período, a metade da riqueza do mundo estava nas mãos de apenas 62 pessoas. Quando consideramos todos os países do mundo, por dados de janeiro de 2017, apenas 8 pessoas possuem uma riqueza ao equivalente a 3,6 bilhões de pessoas, a metade mais pobre que o capitalismo produziu em sua existência. Com o aumento da exploração essas desigualdades tendem a aumentar.

Nessa época imperialista – suscintamente caracterizada pela concentração de produção (cartéis), monopólio dos grandes bancos (a preponderância das organizações rentistas), controle econômico do mercado mundial e a partilha territorial do mundo (colonialismo ou neocolonialismo) por um pequeno grupo de países – não está eliminada a concorrência, pelo contrário, se mantém forte e regulada principalmente pelos organismos internacionais como a ONU, FMI, Banco Mundial, entre outros.

No entanto, diante da crise, essa concorrência negociada pode ruir e abrir um período de disputas mais intensas entre os países imperialistas e até mesmo entre países que não são imperialistas. Quando não chegam

em acordos, essas disputas aparecem sob a forma política e também militar. E como tem prevalecido nesse momento a ausência de acordos no campo econômico alguns países já têm colocado sua força militar em movimento. Enquanto as frações da burguesia se mantêm em disputa na concorrência é a intensificação da exploração da classe trabalhadora que entra no jogo.

UMA OFENSIVA GLOBAL SOBRE DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Diante da queda da taxa de lucros os capitalistas disparam várias medidas: Redução de direitos trabalhistas e sociais, desmonte de políticas públicas, venda de ativos e empresas do Estado (privatização, concessão e outros mecanismos de transferência de bens estatais para as empresas privadas). Em vários países do mundo os governos e a patronal têm implementado essas medidas.

A aplicação da Reforma Trabalhista na França, os trabalhos de tempo parcial nos Estados Unidos, os “minijobs” na Alemanha (sem direitos à aposentadoria, seguro desemprego, com jornada de tempo parcial), a terceirização, as Reformas Trabalhista e Previdência no Brasil e o aumento da idade mínima para aposentadoria em vários países são demonstrações de se tratar de uma política global dos capitalistas sobre os direitos sociais e trabalhistas.

Outra medida que a burguesia está impondo diz respeito às formas de organização dos trabalhadores, atacando o direito à organização, impedindo a sindicalização, cooptando as direções sindicais, enfim, várias medidas que resultaram em atrelar os principais sindicatos e centrais sindicais ao Estado e à gestão do capital.

E diante do aumento da miséria, do desemprego, da precarização do trabalho e da retirada de direitos



em nível mundial, a resistência da classe trabalhadora aumenta.

A RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA

Os trabalhadores gregos e inúmeras greves gerais, as gigantescas mobilizações na França, a greve geral no Brasil e na Argentina. Apesar de não termos obtido vitórias, foram recolocados em cena os vários setores da classe trabalhadora mundial.

No México, as mobilizações de caminhoneiros que se estenderam por vários setores de trabalhadores como motoristas, rurais, professores e estudantes. Também teve as mobilizações gigantescas exigindo a apuração do desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa.

No Chile, milhões marcharam contra as Administradoras de Fundos de Pensão, além das mobilizações do movimento estudantil. A greve dos mineiros da região de Escondida chegou a abalar o mercado mundial de cobre.

No Peru trabalhadores além do setor público, os mineiros do setor de cobre de Southern protagonizaram outra greve enfrentando a exploração das empresas estadunidenses.

Na China por dados oficiais (divulgados pelo site China Labour Bulletin) em 2016 foram quase 3 mil conflitos trabalhistas, envolvendo quase 1,8 milhão de trabalhadores.

Também nos Estados

Unidos ocorreram várias greves, questionando ações de empresas que tentam diminuir salário ou retirar direitos (como assistência e benefícios de planos de saúde).

São lutas pequenas, de resistência aos planos de ajustes aplicados pelos diversos governos, mas são novidades para o momento, pois presenciamos muitos anos de ofensiva contra os direitos trabalhistas e sociais sem que houvesse lutas.

Sem retirar a importância dessas lutas é importante demarcar que elas têm um caráter defensivo, com o esforço de manter conquistas obtidas há muito tempo e que agora o capital quer retirar. Ainda assim se deparam com a dureza da burguesia e na maioria dos casos a classe trabalhadora tem sido derrotada.

Até esse momento as lutas têm tido caráter popular, ou seja, mobilizações envolvendo vários “atores sociais” (classe média, juventude, pequena burguesia, setores que não necessariamente se identificam como classe social), com várias demandas e sem conexão com as bandeiras contra o capitalismo. Popular quer dizer, sem uma definição precisa de classe social. Trata-se, em muitos momentos, de um peso grande de setores de classe média e da pequena burguesia, suscetíveis às pressões da burguesia.

Outra questão importante é reafirmar a necessidade de ganhar os setores pauperizados, moradores das periferias do mundo, pobres e miseráveis para se juntarem às lutas contra o capital, sob direção da classe operária.

Também é imprescindível para enfrentarmos a ofensiva burguesa superarmos as direções sindicais e políticas do movimento mundial que estão, com pequenas e raras exceções, engajadas no próprio projeto da burguesia. Uma ou outra cumprem um papel

de “esquerda capitalista”, mas a maioria das organizações do movimento social está sob controle de direções burguesas, pelegas e burocráticas. Essas direções são de fato um obstáculo importante a ser superado para o fortalecimento da classe operária como sujeito político e social.

A ausência do proletariado industrial enquanto força política e atuante como vanguarda das lutas é o maior desafio que as lutas da classe trabalhadora pelo mundo enfrenta. O proletariado é o que pode fazer a balança pender para o nosso lado por ser o produtor da riqueza material e interferir diretamente no coração do capital. Dessa ausência deriva um problema crucial: a ausência de projeto socialista na consciência da classe trabalhadora. Sem a presença e direção da classe operária não é possível o movimento desenvolver uma consciência de classe e socialista de massas. De todo modo só o simples fato dessas lutas existirem a possibilidade de construção de uma alternativa em que o movimento vá à esquerda com bandeiras anticapitalista e passem por cima da burocracia já está colocada.

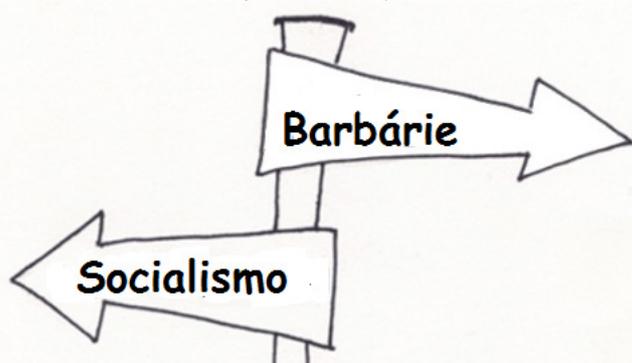
UM PERÍODO DE DISPUTAS IDEOLÓGICAS:

Como caracterização geral a situação política mundial é parte de um período de longo prazo aberto com a queda do Muro de Berlim e dos Estados burocráticos do Leste. Por mais lutas e resistência que tenham ocorrido nesse período elas não foram suficientes recolocarem a luta por uma sociedade socialista. Esse período é marcado pela ofensiva do capital contra os trabalhadores: neoliberalismo, ampliação da mundialização do capital e com ela a desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, invasões Iraque e outros países do Oriente Médio, a ofensiva de Israel contra os palestinos, entre outros tantos.

Há em curso uma experiência de massas – ainda que pela negativa – com as diversas direções burguesa, reformistas e nacionalistas burguesas que já demonstraram a sua incapacidade de ser uma alternativa para os trabalhadores. E esse processo abre

espaço para a disputa pela consciência da classe trabalhadora, de ganha-la para um projeto de ruptura com o capitalismo.

Opinamos que uma saída de tipo fascista não é a política dominante no interior da burguesia mundial, que ainda aposta na aplicação de medidas via a legalidade, ainda que cada vez mais lance mão de formas antidemocráticas. Mas é inegável que exista enquanto movimento, que se traduziu no aumento da popularidade tanto no Brasil quanto em várias outras partes do mundo como nos EUA com os atos contra negros e pela supremacia branca. E considerando a profundidade da crise e os limites do capital em resolvê-la, na atual conjuntura, não podemos descartar completamente que no interior do imperialismo ocorra um deslocamento de um setor mais amplo em direção ao fascismo.



O SOCIALISMO É A ÚNICA SAÍDA PARA A CLASSE TRABALHADORA

Frente a todos esses problemas, uma tarefa importante na luta contra o capitalismo é a recuperação da ideia do que é o socialismo, desmentir os ideólogos burguesas e essas direções burocráticas que deformam o conteúdo do socialismo e do marxismo. E é importante reafirmarmos:

- Controle dos meios de produção, que não serão só estatizados, mas controlados socialmente pela classe trabalhadora, através dos organismos de poder. É a socialização dos meios de produção;
- Democracia da maioria, dos que realmente produzem a riqueza

social. O poder vai ser exercido pelos produtores através de seus organismos de luta e organização. Controle sobre os representantes com revogabilidade de mandatos, sobre suas atividades e nenhum privilégio em relação aos demais membros da sociedade;

- Cargos públicos não poderão ser utilizados para preservar o poder ou privilégios de um grupo ou casta;

- A decisão sobre o que produzir, como e para que produzir e sobre toda a distribuição será decisão coletiva, para atender as necessidades da maioria, preservar a natureza e a relação harmoniosa

entre humanos-natureza;

- Ampla democracia com direito de existência de vários partidos operários e tendências de esquerda com seus espaços próprios de decisão sem a sobreposição aos organismos do conjunto da classe trabalhadora;

- Forças militares de defesa da revolução formada por trabalhadores/as e toda sua oficialidade eleita e controlada democraticamente pelos soldados/as e pelos organismos de poder da classe trabalhadora. Não será para reprimir a classe trabalhadora, mas sim um organismo de autodefesa da classe contra os capitalistas.